



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL  
SENHORA DO CALVÁRIO  
NIPC: 501645055 • IPSS nº 75/83



# [RELATÓRIO E CONTAS 2019]

CAMPANHÃ – PORTO

JULHO DE 2020

## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	4
ÓRGÃOS SOCIAIS (QUADRIÉNIO 2017-2020) .....	5
<b>1. A INSTITUIÇÃO</b> .....	6
1.1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.2. ORIGENS HISTÓRICAS .....	6
1.3. NATUREZA JURÍDICA .....	7
1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	7
1.5. ORGÃOS SOCIAIS .....	7
1.6. PARCERIAS.....	7
1.7. RECURSOS HUMANOS .....	8
1.8. RESPOSTAS SOCIAIS .....	8
<b>2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES</b> .....	9
2.1. RESPOSTAS SOCIAIS .....	9
2.2. REPRESENTAÇÃO LEGAL DE PESSOAS JURIDICAMENTE INCAPAZES .....	11
2.3. PROCESSO DE OBTENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ONDE FUNCIONA O CENTRO SOCIAL.....	11
2.4. CANDIDATURA NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO COLABORATIVO 2020 .....	12
2.5. PARTICIPAÇÃO NO <i>GRUPO DE CONHECIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO     SAD - CNIS</i> .....	12
2.6. APROVAÇÃO DO <i>CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DOS COLABORADORES E DO     CÓDIGO DE PREVENÇÃO E COMBATE À PRÁTICA DE ASSÉDIO NO TRABALHO</i> ....	13
2.7. ACOLHIMENTO DE TRABALHO COMUNITÁRIO .....	13
2.7. ACOLHIMENTO DE JOVENS AO ABRIGO DA LEI TUTELAR E EDUCATIVA.....	13
2.8. CONCLUSÃO DE UM CEI+ (CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO + .....	14
2.9. ACOLHIMENTO DE UM ESTÁGIO-PROFISSIONAL NA ÁREA DA PSICOLOGIA ...	14
2.10. ACOLHIMENTO DE UM JOVEM PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL, ALUNO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO CERCO DO PORTO NO ÂMBITO DE UM ESTÁGIO .....	15
2.11. ACOLHIMENTO DE ALUNOS DA LICENCIATURA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (PÓLO DO PORTO) .....	15
2.12. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E ESTIMULAÇÃO .....	15
3.1. QUANTIFICAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO .....	21
3.2. GASTOS.....	22
3.2.1 CUSTO DAS MERCADORIAS .....	22

3.2.2. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	23
3.2.3. GASTOS COM PESSOAL.....	24
3.3. RENDIMENTOS .....	24
3.4. RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO.....	24
3.5. EBITDA.....	25
3.6. CUSTO E COMPARTICIPAÇÃO MÉDIA POR UTENTE .....	25
3.7. RÁCIOS.....	25
3.8. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	26
<b>4. A INSTITUIÇÃO E A ECONOMIA LOCAL .....</b>	<b>27</b>
<b>5. ACONTECIMENTOS APÓS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EFEITO COVID19) .....</b>	<b>28</b>
<b>BALANÇO .....</b>	<b>29</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....</b>	<b>29</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES .....</b>	<b>29</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>34</b>
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>51</b>
<b>CERTIDÕES DE SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA [Autoridade Tributária e Segurança Social] .....</b>	<b>54</b>
<b>BANCO DE PORTUGAL/DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE nos termos do Decreto-lei n.º 172-A/2014 [Central de Responsabilidades de Crédito] .....</b>	<b>57</b>
<b>DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>59</b>

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

... Obrigados a virar a vida do avesso!

Vamos agora avaliar o ano de 2019. E com que gosto nos preparámos para isso, em Março! **Tudo corria muito bem** e até estava resolvido o problema do nosso telhado com um apoio extraordinário da Câmara Municipal, feito através da Junta de Freguesia!

De repente, o **COVID19** impôs-se, marcou os seus ritmos e **atacou** com fortes ameaças e restrições. Tivemos de **inventar novas formas de servir**, "fechar" o Centro de Dia e contratar restaurante e algum pessoal para poder levar as refeições e outros serviços a casa de cada um. Em evidência, o carinho de um Centro que não abandonou as pessoas mas soube servir com o apoio de Direção, diretora, animadora, voluntários, trabalhadoras... confinadas mesmo nas nossas instalações. Não faltou coragem, dedicação e sacrifício... mas o Centro não fechou!

É assim que, **na sequência de um ano bom**, vamos percorrendo agora um outro bem mais pobre nos números, mas **muito rico em novas modalidades** que puseram à prova a nossa capacidade. Cresceu a certeza da **relevância do nosso serviço**, quando tudo corre bem e mais ainda quando os idosos se vêem confinados em suas casas, sem apoios da família e da sociedade.

Todos pudemos experimentar **a nossa condição frágil** mas também a segurança que se experimenta quando há quem nos dê a mão, não com as habituais certezas, mas com a garantia de que, em qualquer cenário, **havemos de oferecer o que é possível**. E assim vai nascendo o tempo de uma tranquilidade que está para além da frieza das contas positivas: **as pessoas são o que mais valoriza a sociedade!**

[*Fernando Milheiro, padre*]



...

*["Uma sociedade que sobrevaloriza ossos e pedras é uma sociedade que não quer olhar para as pessoas!"]*

*Fernando Milheiro,  
padre ]*



## ÓRGÃOS SOCIAIS (QUADRIÉNIO 2017/2020)

### DIREÇÃO

Presidente – Fernando de Lima Milheiro Leite

Vice-Presidente – José dos Anjos Monteiro

Tesoureiro – Caetano de Sousa Augusto

Secretária – Georgina Maria da Silva Pinto da Costa

Vogal – Ricardo Alexandre Araújo Nogueira

### CONSELHO FISCAL

Presidente – Fernando Jorge Leite Couto Dias

Secretária – Paula Maria Fernandes Silva Pereira

Vogal – José Manuel Zenha Mourão

*"Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós"*  
Antoine de Saint-Exupéry

## 1. A INSTITUIÇÃO

### 1.1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO SOCIAL: **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**

**SEDE:** TRAVESSA DO ILHEU, 66, 4300-265 PORTO

**ENTRADA PRINCIPAL:** UTENTES, CARGAS E DESCARGAS – RUA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO, 136, 4300 – 357 PORTO

NIF.: 501 645 055

CAE: 88101

NATUREZA JURÍDICA: PESSOA COLETIVA RELIGIOSA

ESTATUTO: IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL

FUNDAÇÃO: 13 DE MAIO DE 1982

CONTACTOS: TELF. (+351) 22 537 69 59 – 93 999 68 14

E-mail.- [csp.senhoradocalvario@gmail.com](mailto:csp.senhoradocalvario@gmail.com)

WEBSITE - <https://cspsenhoradocalvario.com>

PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS: FACEBOOK – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO

OBJETO SOCIAL (resumido): Apoio às pessoas idosas através de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Apoio à integração social e comunitária.

### 1.2. ORIGENS HISTÓRICAS

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO foi fundado em 13 de Maio de 1982, data da aprovação dos Estatutos (anteriormente denominado Centro Social Paroquial de Apoio à Infância e Terceira Idade da Senhora do Calvário).

A sua criação deveu-se à iniciativa da Fábrica da Igreja da Paróquia Senhora do Calvário e do pároco de então, Pe. Joaquim Carlos Pinto.

Desde a sua fundação dedicou-se ao apoio à infância através de um centro de atividades de tempos livres (ATL) tendo, entretanto, extinguido aquela resposta social. Atualmente a sua ação destina-se, exclusivamente, a pessoas idosas e outros adultos dependentes, através das respostas sociais do Centro de Dia, - em funcionamento desde 1985 e do Serviço de Apoio Domiciliário desde 1990.

Por determinação estatutária o CSPSC é presidido pelo Pároco da Nossa Senhora do Calvário e gerido por uma Direção sob supervisão de um Conselho Fiscal.

### 1.3. NATUREZA JURÍDICA

Segundo o Direito Português o CSPSC é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como IPSS (cf Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela portaria nº 139/2007, de 29 de janeiro).

Qualificado como instituto de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrito no competente registo das IPSS, efetuado em 29/4/1984, pelo averbamento nº 1, à inscrição nº 75/83, lavrada a fls 14 e 14 verso do livro nº 2 das "Fundações de Solidariedade social", que adota a forma de Centro Social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do estatuto das IPSS, pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei nº 30/2013, de 8/5 e demais normas aplicáveis, no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

### 1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

**Missão:** Garantir o bem-estar e a qualidade na velhice através da prestação de serviços de apoio especializados e direcionados para a satisfação das necessidades e interesses dos nossos utentes, potenciando a sua autonomia e evitando o isolamento social e a solidão.

**Visão:** Ser uma referência no apoio social à população sénior de Campanhã e da cidade do Porto, através de um compromisso com a comunidade e da implementação de uma política de resposta social de qualidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.

**Valores:** Proximidade; Dedicção; Transparência; Respeito pela individualidade.

### 1.5. ORGÃOS SOCIAIS

O mandato é de quatro anos, renováveis, nomeados pelo Sr. Bispo do Porto, sob proposta do Pároco da Paróquia de Nossa Senhora do Calvário depois de consultar o Conselho Económico Paroquial (nº 5 do art.º 8º dos Estatutos). O Presidente da Direção é, por inerência do cargo, assumido pelo Pároco da paróquia em que o Centro Social está sediado.

### 1.6. PARCERIAS

- Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Calvário;

- Câmara Municipal do Porto;
- Junta de Freguesia de Campanhã;
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Universidade Católica Portuguesa (Porto);
- Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais;
- A Benéfica/Previdente – Associação Mutualista;
- Banco Alimentar Contra a Fome;
- CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;
- UDIPSS Porto – União Distrital das IPSS do Porto;
- FNA – Fraternidade Nun'Álvares – Núcleo de Campanhã
- CNE – Agrupamento nº 300
- Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto

### 1.7. RECURSOS HUMANOS

TIPO DE CONTRATO		OBS
Tempo indeterminado	16	
Termo certo	1	
Enfermeira	1	Prestação serviços
Órgãos sociais*	2	Não remunerados
Voluntários	4	Não remunerados
* São apenas considerados os que exercem funções regulares		

### 1.8. RESPOSTAS SOCIAIS

RESPOSTAS SOCIAIS	UTENTES		DATAS PROTOCOLO	
	PROTOCOLO	CAPACIDADE/LOTAÇÃO	PRIMEIRO	RENOVAÇÃO
CENTRO DE DIA	40	50	14/08/1985	04/07/2007
APOIO DOMICILIÁRIO	30	40	30/11/1990	31/05/2007

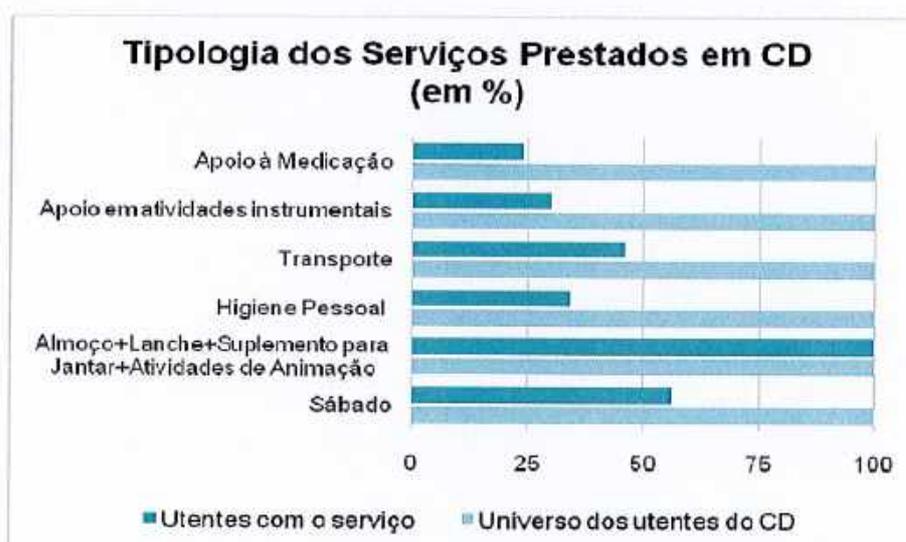
## 2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### 2.1. RESPOSTAS SOCIAIS

O foco da atividade do Centro Social consiste na intervenção social que desenvolve através das duas respostas sociais que disponibiliza à população idosa residente na área geográfica da Paróquia de Nossa Senhora do Calvário e zonas adjacentes:

- **CENTRO DE DIA**

Esta resposta social funcionou de 2ª feira a sábado e, para além do almoço, lanche e suplemento para o jantar diários e atividades de animação e estimulação, disponibilizou aos seus utentes serviços de enfermagem, consultas de psicologia (entre janeiro e setembro de 2019), apoio na gestão e/ou toma da medicação, cuidados de higiene pessoal e conforto, transporte entre o domicílio e o Centro, bem como a serviços da comunidade, tratamento de roupas e apoio na área do Serviço Social; ao longo de todo o ano de 2019, a ocupação da resposta situou-se sempre no limite da sua lotação, isto é, 50 pessoas; a procura excedeu os lugares disponíveis; ao todo, 54 pessoas frequentaram o centro de dia em 2019, o que significa que existe muita estabilidade no que diz respeito a entradas e saídas de pessoas nesta resposta social; dito de outro modo, após a sua integração na resposta social, os utentes tendem a permanecer nela.



De destacar que mais de metade dos utentes frequentava o centro de dia aos sábados; mais de 25% necessitava de apoio para assegurar a sua higiene pessoal e igualmente mais de 25% tinha algum tipo de ajuda para atividades instrumentais do dia-a-dia (tratamento das suas roupas, realização de compras, contacto ou deslocação a serviços da comunidade, entre outros); por outro lado, cerca de 25% dependia do nosso auxílio para a toma adequada da sua medicação diária e aproximadamente metade precisava do nosso transporte para frequentar diariamente o centro de dia.

## • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Esta resposta social disponibilizou cuidados de higiene pessoal e conforto, o fornecimento e/ou apoio nas refeições (pequeno-almoço, almoço, lanches e suplemento para a noite), tratamento de roupas, cuidados auxiliares de saúde e bem-estar (por exemplo, medição da glicemia, administração de medicamentos, realização de pensos simples), cuidados de higiene da habitação; apoio em reparações, remodelações e reorganizações no domicílio; apoio na obtenção de produtos de apoio (anteriormente designados *ajudas técnicas*); aquisição de produtos; a ocupação da resposta social esteve sempre no limite da sua capacidade (40 pessoas).

Não se foi verificando a existência de lista de espera (talvez, pela oferta numerosa de serviços de apoio domiciliário na freguesia e pela urgência na situação pessoal da maioria dos candidatos); ao longo do ano de 2019, o nosso apoio chegou a um total de 52 pessoas, o que, comparado com o centro de dia, manifesta maior movimentação em termos de entrada e saída de utentes, associada à debilidade da saúde dos utentes e ao maior número de óbitos e de institucionalização em estruturas residenciais que se verifica entre as pessoas que usufruem do apoio do SAD.



No final do ano, apenas uma minoria dos utentes do SAD não beneficiava de apoio ao nível da alimentação/refeições (inclui-se neste apoio o fornecimento do almoço e suplemento para o jantar, o eventual acompanhamento/apoio à refeição e a ainda a confeção de refeições no domicílio, como o pequeno-almoço ou o lanche); mais de metade tinha ajuda para realizar a sua higiene pessoal e recebia cuidados de conforto (posicionamentos, transferências, entre outros); a esmagadora maioria beneficiava de auxílio para um conjunto de atividades instrumentais do dia-a-dia (tratamento de roupas, realização de compras, contacto com serviços da comunidade, entre outras), e cerca de 25% usufruía de apoio para assegurar a toma adequada da medicação, o mesmo número de pessoas que viviam confinadas a uma cama ou a um quarto.

## 2.2. REPRESENTAÇÃO LEGAL DE PESSOAS JURIDICAMENTE INCAPAZES

Ao longo de 2019, o Presidente e a Diretora Técnica do Centro exerceram a responsabilidade de *acompanhantes*<sup>1</sup> de duas pessoas consideradas incapazes de gerir a sua vida por decisão judicial: 1 utente do SAD e 1 antiga utente do SAD atualmente institucionalizada em resposta de caráter residencial.

Esta situação acarreta responsabilidades acrescidas, quer para os acompanhantes, quer para a Instituição, que são assumidas atendendo a necessidade de proteção daquelas pessoas e o vínculo forte prévio entre as partes envolvidas.

## 2.3. PROCESSO DE OBTENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ONDE FUNCIONA O CENTRO SOCIAL

Se em 2018, tinham sido encetados os primeiros passos de um processo, que se adivinhava longo, no sentido de obter a licença de utilização das instalações onde funciona o Centro Social, em estreita colaboração com a Fábrica da Igreja da Paróquia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Calvário, proprietária das mesmas, em 2019 foi dada continuidade ao que havia sido iniciado.

De destacar:

- a) duas **reuniões no departamento de urbanismo** da Câmara Municipal do Porto;
- b) a **definição do plano de atuação**, com base nas informações obtidas junto do Município, bem como na necessidade de gerir com prudência as despesas inerentes a um processo desta natureza; assim, foi estabelecido que, em primeiro lugar, se trataria de obter a licença de utilização da Igreja, legalizar as rampas de acesso ao centro de dia e às garagens exteriores cedidas para uso do Centro e, só posteriormente, obter a licença de utilização das instalações ocupadas pelo Centro.

Neste sentido, foi submetido um pedido de emissão do alvará de utilização da Igreja Paroquial Nossa Senhora do Calvário, tendo resultado no seu indeferimento, fundamentado na

...

[Apenas uma minoria dos utentes do SAD não beneficiava de apoio ao nível da alimentação/refeições; mais de metade tinha apoio para realizar a sua higiene pessoal; a esmagadora maioria beneficiava de apoio para (...) atividades (...) (como) tratamento de roupas, realização de compras, contacto com serviços da comunidade (...); quase ¼ beneficiava de apoio para assegurar a toma adequada da medicação; e quase ¼ - pessoas que vivem confinadas a uma cama ou a um quarto - recebia cuidados de conforto.]

<sup>1</sup> A designação de "acompanhante", prevista no Regime Jurídico do Maior Acompanhado, introduzido no Código Civil Português em fevereiro de 2019 e que terminou com os processos de "interdição" e "inabilitação", e veio substituir as anteriores designações de "tutor" ou "curador" previstas no regime jurídico vigente até àquela data;

necessidade de legalizar uma garagem e respetivas rampas num processo autónomo e prévio. Deste modo, foi instruído e submetido um pedido de legalização da referida garagem, tendo o ano de 2019 terminado sem uma decisão camarária relativamente ao mesmo. Assim que seja emitida a sua aprovação, passa-se então para a etapa de obtenção da licença de utilização da Igreja Paroquial.

## 2.4. CANDIDATURA NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO COLABORATIVO 2020

Em novembro de 2019, foi apresentada candidatura à iniciativa *ORÇAMENTO COLABORATIVO 2020*, promovida pela Câmara Municipal do Porto em parceria com as juntas de freguesia do concelho, para a substituição de parte do telhado do Centro Social (concretamente a que cobre o Centro de Dia) e para a climatização do Centro de Dia, estimadas em €14.712,00. A eleição do projeto a submeter a candidatura teve que ver essencialmente com três fatores: a cobertura do edifício é constituída por **fibrocimento**, material que pode conter na sua composição **amianto**, um perigo para a saúde de todos os que frequentam o Centro; acresce que, apesar de objeto de manutenção regular, **a cobertura, na área onde funciona o centro de dia, apresentava degradação, permitindo a entrada de chuva, não isolando as instalações do frio e do calor**, em suma, prejudicando a segurança e o conforto dos utilizadores, degradando o interior do edificado e levando a desperdícios de energia (nomeadamente, a utilizada para aquecer o espaço); por último, foi considerado o valor disponível para financiamento, que não permitia a substituição integral da cobertura do edifício, e a incapacidade do Centro financiar pelos seus próprios meios a restante área.

Em dezembro de 2019, foi tornada pública a aprovação da candidatura.

## 2.5. PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE CONHECIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SAD - CNIS

Em 2019, mantivemos a nossa participação no *Grupo de Conhecimento e Operacionalização do SAD*, dinamizado pela CNIS desde que o constituiu em 2018 com o objetivo de estudar e preparar propostas de reformulação do quadro legal e da cooperação entre Estado e Instituições no que diz respeito aos serviços de apoio domiciliário.

O COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO, celebrado entre o Estado e as Instituições do Setor Solidário, quer no Protocolo para o BIÉNIO 2017-2018, quer no Protocolo para o BIÉNIO 2019-2020, previa a "revisão da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com a correspondente adaptação das regras no que se refere ao modelo de funcionamento desta resposta social, bem como ao modelo de comparticipação financeira da Segurança Social" (in Protocolo para o BIÉNIO 2019-2020), pelo que a CNIS constituiu o referido grupo composto por várias associadas suas com esta resposta social.

Concretamente, a nossa participação consistiu na participação em duas reuniões presenciais e na preparação, em parceria com o Centro Social de Ermesinde, de um documento para análise e

discussão onde eram revistos e valorados os serviços-base do SAD e os outros serviços, previstos nos n.os 3 e 4 do art.º 4º da Portaria nº 38/2013, de 30 de janeiro, que regulamenta a resposta social de SAD, descrevendo o seu conteúdo e os seus objetivos.

Em finais de 2019, os representantes do setor solidário e os representantes do Estado estavam a trabalhar na definição e acordo quanto às tipologias de serviços passíveis de serem prestadas pelo SAD, remetendo a discussão do modelo de financiamento para fase posterior.

## 2.6. APROVAÇÃO DO *CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DOS COLABORADORES* E DO *CÓDIGO DE PREVENÇÃO E COMBATE À PRÁTICA DE ASSÉDIO NO TRABALHO*

Em 2019, foram elaborados e aprovados o *Código de Ética e Conduta dos Colaboradores* e o *Código de Prevenção e Combate à Prática de Assédio no Trabalho*, dois documentos que refletem a preocupação do Centro Social com as práticas dos seus colaboradores, bem como com as condições de que estes dispõem para exercer o seu trabalho.

## 2.7. ACOLHIMENTO DE TRABALHO COMUNITÁRIO

Registaram-se três pedidos de acolhimento, dos quais apenas dois foram aceites e apenas um chegou a ser concretizado, num total de 300 horas de trabalho, número em linha com o registado no ano anterior.

<b>TRABALHO COMUNITÁRIO REALIZADO EM 2019 NO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO</b>		
<b>Nº de Pessoas Acolhidas</b>	<b>Nº Horas Previstas</b>	<b>Nº de Horas Cumpridas</b>
1	300	300

## 2.7. ACOLHIMENTO DE JOVENS AO ABRIGO DA LEI TUTELAR E EDUCATIVA

Há a registar o acolhimento, pela primeira vez, de jovens que, ao abrigo da Lei Tutelar e Educativa, têm de desempenhar tarefas a favor da comunidade. Partiu de pedidos de colaboração por parte dos respetivos serviços do Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, por recomendação de uma entidade parceira.

<p><b>TAREFAS A FAVOR DA COMUNIDADE AO ABRIGO DA LEI TUTELAR E EDUCATIVA EM 2019 NO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO</b></p>
--

Nº de Jovens Acolhidos	Nº Horas Previstas	Nº de Horas Cumpridas
2	55	46

Constituiu o aprofundamento da abertura da Instituição ao exterior e do seu compromisso em relação às necessidades, problemas e potencialidades da comunidade envolvente, desafiando-se a ir para além do estritamente relacionado com o apoio à população idosa.

## 2.8. CONCLUSÃO DE UM CEI+ (CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO +

Concluiu-se a 19/12/2019 a execução de uma medida do IEFP iniciada a 20 de dezembro do ano anterior que abrangia uma pessoa residente na Paróquia de Nossa Senhora do Calvário e em situação de desemprego de longa duração. Considera-se que os objetivos a que nos tínhamos proposto quando apresentámos a candidatura<sup>2</sup> foram globalmente alcançados.

## 2.9. ACOLHIMENTO DE UM ESTÁGIO-PROFISSIONAL NA ÁREA DA PSICOLOGIA

Entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2019, acolhemos um estágio profissional na área da psicologia, ao abrigo de uma medida do IEFP e de um protocolo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, oportunidade da Instituição contar, pela primeira vez, com um técnico desta área do saber. Saldou-se num balanço extremamente positivo, porque permitiu-nos dar uma resposta mais ampla às necessidades dos utentes, colocando à sua disposição acompanhamento terapêutico, nomeadamente através da consulta psicológica e da estimulação cognitiva. Permitiu, ainda, aumentar a capacidade de planear e executar atividades de animação social, cultural e recreativa dos utentes, através da estreita cooperação entre psicólogo e a animadora cultural do centro de dia. Traduziu-se igualmente num reforço da atenção proporcionada ao utente, não só pela disponibilidade deste profissional para o escutar, mas também pela capacidade específica de observar a realidade por parte de um psicólogo. Paralelamente, este profissional ajudou a Instituição a comunicar melhor com o exterior, através de um maior investimento na divulgação do seu trabalho na rede social Facebook. O investimento financeiro e humano que este estágio supôs para a Instituição foi amplamente compensado.

<sup>2</sup> "Com este projecto, pretendeu-se alcançar os seguintes objectivos: 1. Do ponto de vista do beneficiário: 1.1. evitar o seu isolamento através da sua integração numa instituição da comunidade local da sua residência; 1.2. proporcionar uma fonte de rendimento após o fim do seu subsídio de desemprego; 1.3. proporcionar experiências positivas e gratificantes, que favoreçam uma imagem positiva de si próprio, do seu valor e do seu lugar na sociedade; 1.4. proporcionar uma experiência de trabalho num contexto organizacional diferente; 1.5. promover a diversificação de competências, nomeadamente de comunicação, de organização do tempo e de planificação do trabalho. 2. Do ponto de vista da entidade: 2.1. enriquecer a equipa de profissionais com um elemento adicional, dotado de um perfil inovador para a organização, o que permitirá: 2.1.1. valorizar as instalações, através de uma manutenção mais efectiva e mais regular; 2.1.2. libertar os profissionais para afectarem mais tempo ao apoio directo aos utentes."

## 2.10. ACOLHIMENTO DE UM JOVEM PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL, ALUNO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO CERCO DO PORTO NO ÂMBITO DE UM ESTÁGIO

## 2.11. ACOLHIMENTO DE ALUNOS DA LICENCIATURA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (PÓLO DO PORTO)

Em 2019, acolhemos cinco alunos do 1º ano da licenciatura de enfermagem, cuja presença no centro de dia se traduziu em momentos de interação e convívio com os utentes, na participação nas atividades programadas da Instituição e na organização da atividade "Um dia de SPA", que consistiu em proporcionar cuidados de imagem e de relaxamento aos utentes daquela resposta social ao longo de um dia.

## 2.12. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E ESTIMULAÇÃO

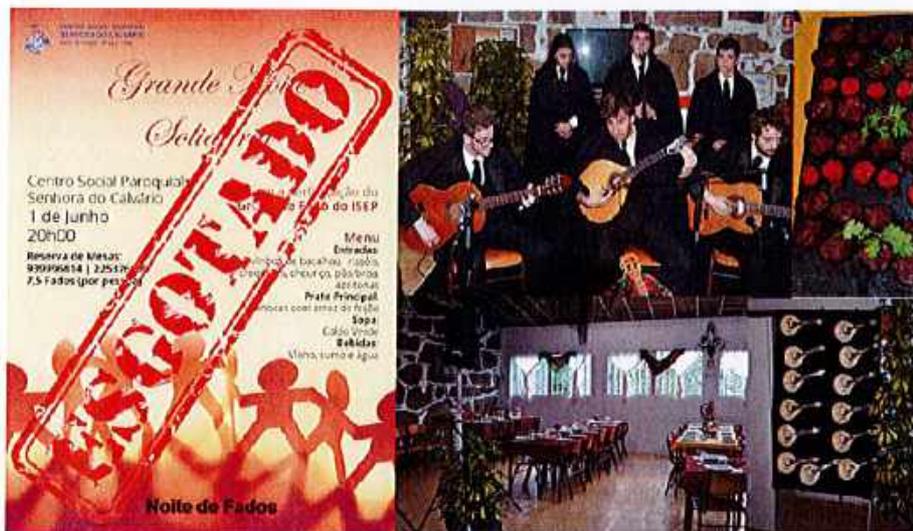
Há a registar um vasto número de atividades concretizadas ao longo de 2019 com os utentes do Centro de Dia, as quais procuraram responder à diversidade dos seus interesses e necessidades. Referimo-nos a atividades lúdico-recreativas, físicas, culturais, sociais, cognitivas/intelectuais, espirituais e/ou religiosas e quotidianas/associadas a tarefas instrumentais do dia-a-dia.

Merecem particular destaque:

- Participação no espetáculo "100% Porto", no âmbito do 87º Aniversário do Teatro Municipal Rivoli: 9 pessoas do Centro de Dia integraram o elenco que subiu ao palco e partilharam as suas histórias de vida que ficaram plasmadas numa publicação comemorativa da ocasião.



- Noite de Fados**, um evento com o objetivo de angariar fundos para financiar uma Peregrinação a Fátima com os utentes do Centro de Dia, concretizado graças à colaboração dos profissionais do Centro (onde se inclui o já mencionado psicólogo), ao empenho da Direção e ao apoio de alguns parceiros do Centro;



- Peregrinação a Fátima**, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa Idosa, vontade expressa pela maioria dos utentes do centro de dia;



- Participação, pela primeira vez, na ornamentação de um dos andores de **Nª Srª do Calvário** com flores de papel produzidas pelos utentes e participação numa das Procissões em honra da Padroeira

- Realização de duas **caminhadas em grupo em espaços verdes da cidade**, o Parque Oriental e o Parque da Cidade (este último com almoço e convívio incluídos);



- Três **eventos de carácter intergeracional**, abrangendo desde crianças do pré-escolar a jovens do ensino secundário:

- a) um grupo de utentes deslocou-se à **Escola Profissional Raúl Dória** para



partilha mútua de experiências pessoais sobre o amor e o namoro;

- b) **culinária** e jogos com crianças e adolescentes de uma colónia de férias;

- c) **“A Lenda de S. Martinho”** foi encenada pela animadora cultural do centro de dia, contou com um elenco constituído maioritariamente por utentes dependentes e apresentada num espetáculo único perante um grupo de crianças do pré-escolar



do Jardim de Infância de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Campanhã, seguido de um magusto-convívio entre miúdos e graúdos;

d) por ocasião do Natal, o coro infanto-juvenil pBp presenteou os utentes do centro de dia com um concerto de Natal, participou num almoço-convívio onde se partilharam presentes e afetos (este encontro foi proporcionado por duas mecenas particulares);

- Participação na 2<sup>a</sup> edição d' "O Porto é Lindo! Roteiros Turísticos +65", programa do Município do Porto que visa dar a oportunidade a sêniore de visitarem equipamentos do concelho do Porto; a **Casa da Música** e o **Palácio da Bolsa** foram os locais visitados pelos nossos utentes nesta edição;



- Organização de três visitas culturais pela própria Instituição ao **Museu do Vinho do Porto**, às **Caves Calém** e ao **Museu Nacional de Soares dos Reis**;



- Realização, pela primeira vez, de uma **Venda de Natal** aberta à comunidade paroquial de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Calvário com trabalhos elaborados pelos utentes do Centro de Dia;

Merecem, ainda, destaque:

- Continuidade da sessão diária de atividade física, incluindo uma por semana dedicada à dança;

- Continuidade dos **ateliers de trabalhos manuais** (como costura, colagens, culinária, trabalhos em feltro, pintura, entre outros) adaptados às necessidades dos utentes e de **atividades** de caráter



instrumental **associadas à vida diária** (como por exemplo colaborar na preparação das mesas para o lanche, descascar legumes e frutas, dobrar peças de roupa, entre outras), meios para manter o mais possível a sua autonomia;

- Incremento dos **jogos de mesa** (como cartas, dominó e bingo), pelo seu potencial de estimulação cognitiva e interação social de um grande número de participantes;



- Participação na edição daquele ano do **Dia Metropolitano dos Avós**, em Santa Maria da Feira;



- Estimulação em suporte informático a partir da **plataforma siosLIFE**;

- Celebração do **Carnaval**, da **Festa da Flor** e do **Magusto**, nos moldes tradicionais da parceria com o Centro Comunitário de A Benéfica-Previdente;
- **Passeio anual** do Centro, desta feita a Ponte de Lima e Viana do Castelo;
- Celebração do **São João**, com a tradicional **Marcha Popular do Calvário**;



- Continuidade das manhãs de **praia**, na Granja (V. N. Gaia), ao longo de uma semana;
- Participação na tradicional **Arca de Natal**, organizada pela Câmara Municipal do Porto, através da venda de trabalhos manuais produzidos pelos utentes do Centro de Dia;

- **Festa de Natal** do Centro de Dia, com o tradicional almoço-convívio, a apresentação de um espetáculo de variedades com a participação de utentes e colaboradores e a entrega de presentes.

- O tradicional **cantar das janeiras**, no fim do ano pelo Grupo de Cavaquinhos



Festa de Natal da Associação de Cavaquinhos do Porto; Concerto de Ano Novo pelo Grupo de Cavaquinhos do Porto

### 3. CONTAS

Nos termos da b) do nº 1 do artigo 19º dos Estatutos, apresentamos as contas e demais elementos contabilísticos referentes ao exercício de 2019.

Na senda dos exercícios anteriores é nossa preocupação manter a qualidade de informação, - garante da transparência de gestão a que habituamos os nossos interlocutores.

Para o efeito detalhamos e aprofundamos a análise de algumas rubricas pela discrepância de valores, em relação ao exercício anterior, ou para melhor compreensão dos números apresentados.

Esperamos, desta forma, contribuir para que a leitura dos resultados seja de fácil e compreensível interpretação.

Na apresentação das contas ilustramos as diversas variáveis com gráficos por nos parecer uma forma de se perceberem as diferenças/variações, entre os exercícios, bem como evitar uma análise monótona dos números.

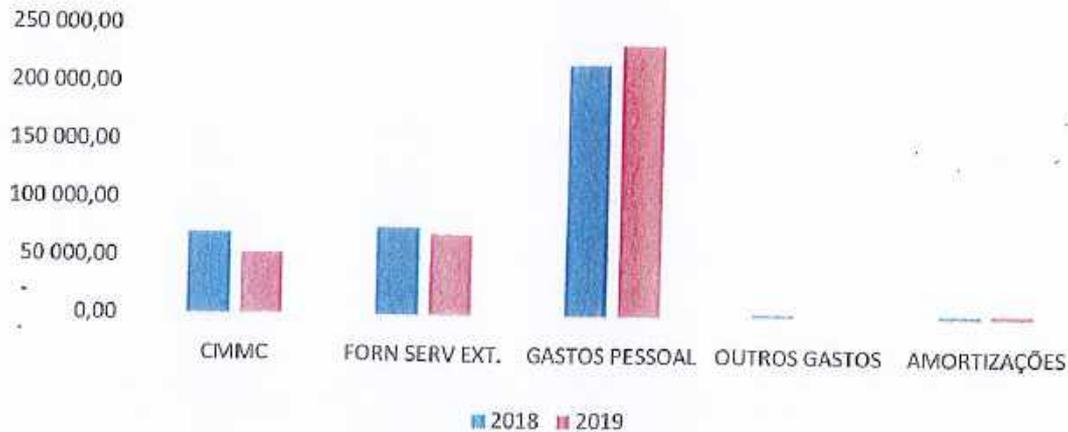
#### 3.1. QUANTIFICAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Para efeitos meramente estatísticos, quantificamos "os gastos com trabalho voluntário".

MAPA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO 2019									
							TAXAS		TOTAL
							ENC.SEG SOCIAL	SEG AC. TRABALHO	
FUNÇÃO	SALÁRIO REFERENCIA	CUSTO HORA	HORAS DIA/MÉDIA*	HORAS/MÉDIA MENSAL	CUSTO MÊS	14 MESES/ANO	22,30%	3,296%	
ORGÃOS SOCIAIS	1.200,00	0 HORAS /SEMANA							
A	1.200,00	6,92	3	65	49,80	6.297,20	1.404,28	46,29	6.343,29
B	1.200,00	6,92	3	65	49,80	6.297,20	1.404,28	46,29	6.343,29
<b>TOTAL ORGÃOS SOCIAIS</b>									<b>12.686,58</b>
<b>DIVERSOS</b>	<b>600,00</b>								
A	600,00	3,46	1,8	39	34,94	1.889,16	421,28	62,27	2.372,71
B	600,00	3,46	2,4	52	79,92	2.518,88	561,71	3,02	3.163,61
C	600,00	3,46	4	86,66	84	4.197,76	936,10	38,36	5.272,22
<b>TOTAL VOLUNTARIOS (TRABALHO POLIVALENTE)</b>									<b>10.808,54</b>
<b>TOTAL GERAL DO TRABALHO VOLUNTÁRIO</b>									<b>23.495,12</b>

\* Embora haja órgãos sociais que permanecem nas instalações grande parte do dia, de segunda a sexta-feira, apenas se calcula o período alocado a trabalho necessário, por dia, à Instituição.

### 3.2. GASTOS



#### 3.2.1 CUSTO DAS MERCADORIAS

Há uma diminuição de custos de 17.096,33 euro.

No ano de 2019 tivemos de alterar alguns critérios de contabilização, nesta rubrica, pelos seguintes motivos:

**AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES** – A Instituição aos domingos e feriados recorre a uma empresa externa para adquirir as refeições. Até ao ano de 2018 este custo era contabilizado na conta de mercadorias. A partir do ano de 2019 passou a ser contabilizado na conta “subcontratos”;

**DONATIVOS EM ESPÉCIE** – Até ao ano 2018 os donativos em espécie eram contabilizados na conta de mercadorias pelo valor total das guias de doação, independentemente do tipo de produtos doados. Verificamos que muito dos produtos doados, pelas suas características, não se utilizavam na confeção das refeições ou lanche dos utentes. Por outro lado alguns dos produtos já não estavam em condições de serem utilizados, pela degradação que sofrem no transporte, sendo quantificada e contabilizada apenas a parte aproveitada.

Refira-se que em termos de resultados do exercício a rubrica de doações (em espécie) é neutra, ou seja: não afeta o resultado, - pela contabilização de igual valor em gastos e rendimento.

**REEMBOLSO DE IVA- Género: Alimentares** – Até ao ano de 2018 o reembolso de IVA apenas era solicitado no ano seguinte, sendo a contabilização feita na conta “Outros rendimentos e ganhos”.

A partir de 2019 os reembolsos passaram a ser feitos mensalmente e a contabilização na conta de mercadorias.

A diferença de valores assenta no que acima referimos e não na diminuição de quantidade ou qualidade dos produtos utilizados na confeção das mesmas.

Ao "afinarmos" o valor real do CMMC permite-nos calcular o custo efetivo das refeições, necessário a uma melhor gestão desta componente.

Dando satisfação ao ponto 3 das "Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros", item 3.1.11 -Comparabilidade,- do "Anexo às Demonstrações financeiras, passamos a referir:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

#### IMPACTO NA CONTA CMMC PELO EFEITO DA RECLASSIFICAÇÃO OU NÃO CONTABILIZAÇÃO NO ANO 2019

SUBCONTRATOS	3.785,00
DONATIVOS EM ESPÉCIE	9.140,45
REEMBOLSO DE IVA	2.325,15
<b>TOTAL</b>	<b>15.250,60</b>

#### SALDO DA CONTA CMMC EM 2019 (sem reclassificação ou não contabilização)

CMMC	53.173,31
EFEITO DA RECLASSIFICAÇÃO	15.250,60
<b>TOTAL DO CMMC</b>	<b>68.423,91</b>

#### DESVIO REAL ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2019

CMMC 2018	70.269,64
CMMC 2019	68.423,91
<b>DESVIO REAL</b>	<b>1.845,73</b>

EFEITO DA RECLASSIFICAÇÃO	15.250,60
DESVIO REAL	1.845,73
<b>DIFERENÇA NOS ANOS DE 2018 E 2019</b>	<b>17.096,33</b>

### 3.2.2. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Há uma diminuição de custos de 7,4%. Embora não seja relevante demonstra o critério de gestão utilizado no exercício.

### 3.2.3. GASTOS COM PESSOAL

GASTOS COM PESSOAL (%)					
2014	2015	2016	2017	2018	2019
58,81	63,21	60,96	56,90	60,90	60,08

Comparando os rácios com o ano anterior verifica-se haver discrepância devido à revisão da forma de cálculo, tendo-se aplicado o mesmo critério para os anos em análise, porquanto:

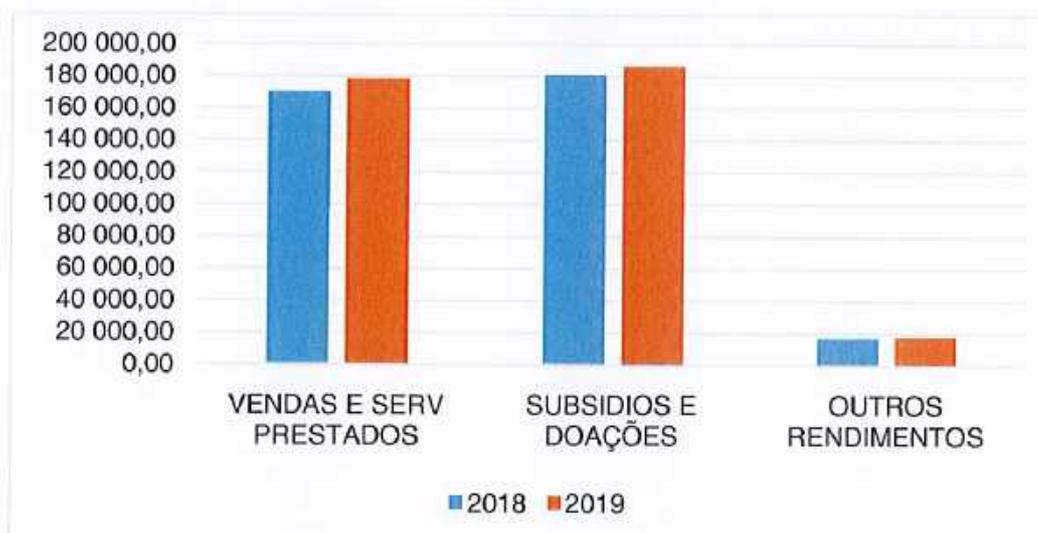
- É processado aos trabalhadores o subsídio de alimentação. Como almoçam na Instituição o mesmo valor é reembolsado sendo contabilizado numa conta de rendimentos;

- Por outro lado a Instituição tem viabilizado a admissão de jovens para fazerem estágios profissionais que são comparticipados em 80%, 90% e 100%, consoante a medida de estágio.

O reembolso da comparticipação é contabilizado em conta de rendimentos.

A Instituição considera o valor líquido das remunerações sendo, de facto, esse o custo real com remunerações (encargos com pessoal - reembolso sub. Alimentação – subsídio IEFP).

### 3.3. RENDIMENTOS



Na rubrica de "RENDIMENTOS" as variações, positivas, são pouco significativas pelo que não merecem qualquer referência, decorrendo de atualizações.

### 3.4. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
-12.365,78	-20.075,20	-1.824,86	2.879,14	1.517,41	8.873,93	-3.432,52	19.654,42

### 3.5. EBITDA

EBITDA (Resultado líquido+Depreciações+Imparidades)							
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
456,61	-10.781,57	4.684,01	4.789,56	3.798,23	10.358,44	288,51	23.770,26

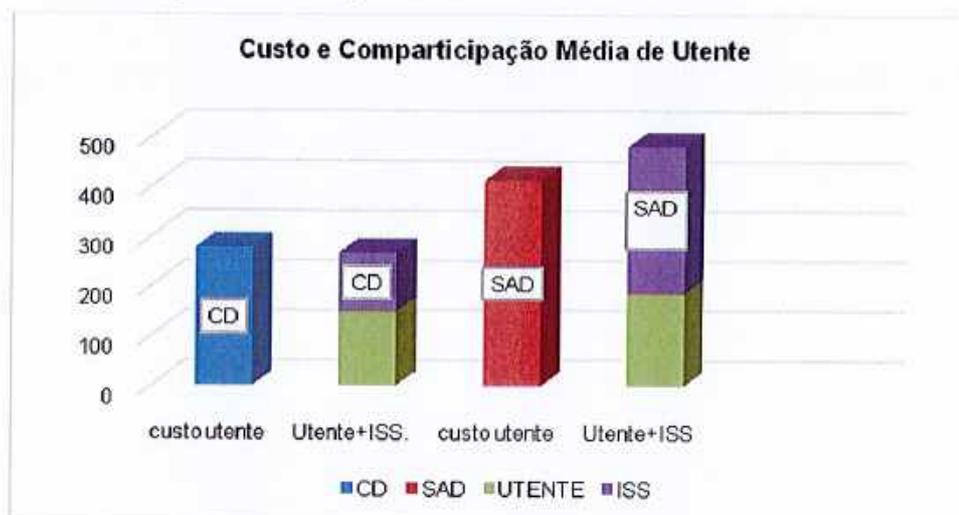
O ano de 2019 destaca-se pelo excelente resultado obtido.

Foi, sem dúvida, um exercício em que o resultado líquido apurado excedeu as nossas melhores expectativas fruto, obviamente, de uma gestão cada vez mais atenta aos pormenores que resultam, no final do ano, em economias de escala.

É este o caminho a seguir por forma a obter-se uma almofada financeira que nos permita estar a salvo de qualquer "pandemia" que venha a surgir.

### 3.6. CUSTO E COMPARTICIPAÇÃO MÉDIA POR UTENTE

Este gráfico representa os gastos gerais com utentes versus mensalidade e comparticipação do ISS. Comparando os custos por utente; as mensalidades e comparticipação do ISS, a Instituição teria um resultado negativo de 1.901,90 euros.



COMPARTICIPAÇÃO NOS CUSTOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO %			OBS*
UTENTES	ISS (SEG. SOCIAL)	OUTROS*	Donativos+Consignação IRS
49,09	44,63	6,28	Entre outros

### 3.7. RÁCIOS

Os rácios são transversais a todos os setores de atividade.

Entendemos, contudo, que o "setor social" tem uma lógica de solidariedade.

O que nos move não é o "lucro" mas sim a sustentabilidade da Instituição.

Para o efeito é importante que no final de cada ano haja "ganhos" que permitam não só a sua sustentabilidade mas também a reposição dos seus ativos tangíveis e a constante conservação e reparação dos seus equipamentos e manutenção das suas instalações (em regime de comodato).

Daí apenas representarmos os que são mais adequados a uma Instituição de cariz social.

RÁCIOS			
LIQUIDEZ			FUNCIONAMENTO
GERAL	REDUZIDA	IMEDIATA	PRAZO MÉDIO PAGAMENTO
1,074	0,876	0,873	6 DIAS

### 3.8. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	ORÇAMENTO	REAL	DESVIO
<b>RENDIMENTOS</b>			
<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
SAD	81 729,60	89 302,50	7 572,90
CENTRO DE DIA	88 038,00	89 206,50	1 168,50
<b>SUBSIDIOS, DOAÇÕES LEGADOS....</b>			
SAD	105 037,20	105 964,80	927,60
CENTRO DE DIA	54 312,00	56 212,80	1 900,80
OUTROS SUBSIDIOS E DOAÇÕES	28 156,99	12 932,92	-15 224,07
OUTROS RENDIMENTOS	300,00	0,00	-300,00
REEMBOLSO IVA GÉNEROS ALIMENTARES	2 640,00	0,00	-2 640,00
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS</b>	<b>360 213,79</b>	<b>353 619,52</b>	<b>-6 594,27</b>
<b>GASTOS</b>			
CMMC	72 600,00	53 173,31	-19 426,69
FORNEC. SERVIÇOS EXTERNOS	70 850,00	70 585,69	-264,31
GASTOS COM PESSOAL	213 700,29	204 675,70	-9 024,59
GASTOS DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	1 926,00	4 115,84	2 189,84
OUTROS GASTOS	300,00	577,06	277,06
<b>TOTAL DOS GASTOS</b>	<b>359 376,29</b>	<b>333 127,60</b>	<b>-26 248,69</b>
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>837,50</b>	<b>20 491,92</b>	<b>19 654,42</b>



## 4. A INSTITUIÇÃO E A ECONOMIA LOCAL

**EMPREGO** – 76,47% das funcionárias residem na freguesia ou concelho limítrofe (Gondomar, freguesia de Rio Tinto);

**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** – 36,4% são adquiridos na freguesia, nomeadamente no comércio local. Foram excluídos deste estudo a aquisição de bens e serviços de: seguros, eletricidade, combustíveis, gás, vigilância e segurança e comunicações.



[“Os resultados mostram que (...) cada euro que captam para dentro da economia dos seus concelhos, em média é multiplicado por um pouco mais de 4 (4,218) devido ao facto desse valor ficar a circular dentro da economia do concelho ao ser utilizado para pagar remunerações a trabalhadores da IPSS que vivem no concelho e para comprar bens e serviços a empresas do concelho.”]

In Mendes (2018),  
*“Importância Económica e Social das IPSS em Portugal”, p. 101*

## 5. ACONTECIMENTOS APÓS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EFEITO COVID19)

Acontecimentos sem qualquer influência nos resultados de 2019, conforme nota 11.14 do "Anexo às Demonstrações Financeiras".

A apresentação e aprovação do Relatório e Contas deveriam ter sido elaborados até ao final do mês de março, seguinte ao exercício em referência, tendo o prazo sido prorrogado para 30 de junho, pelo efeito "COVID 19".

Embora, e como referimos, não influencie o exercício findo em 2019, tem uma dimensão de "catástrofe" na economia mundial à qual não podemos ficar alheios.

Com o encerramento da resposta social Centro de Dia em 16 de março e a reabertura sem data determinada, estamos convictos de que o impacto financeiro que vai ter nas contas de 2020 será considerável. Após um final de março difícil e um mês de abril turbulento reiniciamos o mês de maio em velocidade cruzeiro. O gasto em EPI's (equipamentos de proteção individual) e a diminuição de rendimentos por redução de mensalidades e cessação de contratos por óbitos, ou problemas decorrentes da pandemia, são já visíveis nos valores recebidos nos meses de abril e seguintes.

Estamos a monitorizar os gastos e rendimentos de forma a evitarmos constrangimentos de tesouraria sendo, contudo, impossível prever os danos finais desta pandemia na Instituição.

O objetivo que temos traçado de criar um fundo de maneio equivalente a 6 meses de salários é hoje mais pertinente do que nunca. A pandemia veio alertar-nos de que esse desiderato deve ser considerado e atingido para salvaguardar a Instituição de "ataques exógenos".

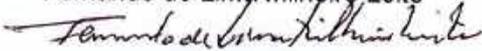
Malgrado as perspetivas pessimistas estamos convictos de que vamos conseguir arranjar soluções de gestão que nos permita sair desta situação sem pôr em causa a sustentabilidade da Instituição.

### **A finalizar**

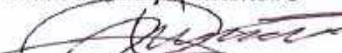
A Direção decidiu transferir o resultado líquido do exercício, positivo, no valor de €19.654,42 para resultados transitados.

Porto, 18 de Julho de 2020

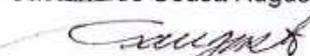
Fernando de Lima Milheiro Leite



José dos Anjos Monteiro

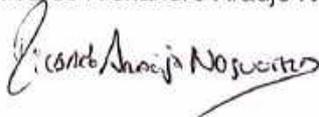


Caetano de Sousa Augusto



Georgina Maria da Silva Pinto da Costa

Ricardo Alexandre Araújo Nogueira



**[BALANÇO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS  
RESULTADOS POR NATUREZAS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS  
RESULTADOS POR FUNÇÕES**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS  
DE CAIXA]**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	30 828,35	14 802,27
Investimentos financeiros	5	1 706,63	1 706,19
		32 534,98	16 508,46
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	6	1 188,15	964,69
Créditos a receber	11.6	130,00	160,00
Estado e outros entes públicos	11.7	467,34	2 726,67
Diferimentos	11.2	2 563,44	1 442,85
Outros ativos correntes	11.1	845,41	19 885,33
Caixa e depósitos bancários	11.3	33 717,73	14 148,41
		38 912,07	39 327,95
<b>Total do ativo</b>		71 447,05	55 836,41
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.4	12 121,00	12 121,00
Resultados transitados	11.4	569,57	4 002,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.4	500,00	500,00
		13 190,57	16 623,09
Resultado líquido do período		19 654,42	-3 432,52
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		32 844,99	13 190,57
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	1 957,24	4 594,89
Estado e outros entes públicos	11.7	4 610,31	6 907,11
Diferimentos	11.2	0,00	723,66
Outros passivos correntes	11.8	32 034,51	30 420,18
		38 602,06	42 645,84
<b>Total do passivo</b>		38 602,06	42 645,84
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		71 447,05	55 836,41

A Direção

Contabilista Certificado





## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	178 509,00	169 953,50
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	186 685,76	180 333,26
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-53 173,31	-70 269,64
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-70 585,69	-76 167,60
Gastos com o pessoal	9	-234 916,11	-217 420,61
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.6	0,00	-75,00
Outros rendimentos	11.11	17 827,67	16 779,22
Outros gastos	11.12	-577,06	-2 919,62
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>23 770,26</b>	<b>213,51</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-4 115,84	-3 646,03
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>19 654,42</b>	<b>-3 432,52</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>19 654,42</b>	<b>-3 432,52</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>19 654,42</b>	<b>-3 432,52</b>

A Direção

Contabilista Certificado




**Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Contribuinte: 501645055

Moeda: Euros

	NOTAS	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
				2019	2018
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>					
Vendas e serviços prestados	7	89 206,50	89 302,50	178 509,00	169 953,50
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-139 945,74	-148 143,68	-288 089,42	-287 690,25
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-50 739,24</b>	<b>-58 841,18</b>	<b>-109 580,42</b>	<b>-117 736,75</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.9	68 221,78	118 463,98	186 685,76	180 333,26
Outros Rendimentos	11.11	8 866,83	8 960,84	17 827,67	16 779,22
Gastos administrativos	4/11.6/11.10	-25 675,24	-49 026,29	-74 701,53	-79 888,63
Outros Gastos	11.12	-196,20	-380,86	-577,06	-2 919,62
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>477,93</b>	<b>19 176,49</b>	<b>19 654,42</b>	<b>-3 432,52</b>
Gastos de financiamento (líquidos)					0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>477,93</b>	<b>19 176,49</b>	<b>19 654,42</b>	<b>-3 432,52</b>
Imposto sobre o rendimento do período					
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>477,93</b>	<b>19 176,49</b>	<b>19 654,42</b>	<b>-3 432,52</b>

A Direção

O Contabilista Certificado




CSP N.º SENHORA CALVÁRIO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

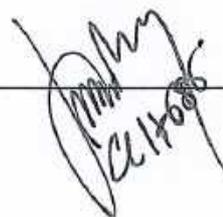
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		178 539,00	170 188,50
Pagamentos a fornecedores		-103 857,35	-43 866,58
Pagamentos ao pessoal		-181 426,85	-168 692,62
Caixa gerada pelas operações		-106 745,20	-42 370,70
Outros recebimentos/pagamentos		123 854,52	37 783,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		17 109,32	-4 587,04
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2 460,00	435,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2 460,00	435,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		19 569,32	-4 152,04
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 148,41	18 300,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	33 717,73	14 148,41

A Direção



Contabilista Certificado



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	10
5	Investimentos Financeiros .....	10
6	Inventários .....	11
7	Rédito .....	11
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo .....	12
9	Benefícios dos Empregados .....	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações .....	13
11.1	Outros Ativos Correntes.....	13
11.2	Diferimentos .....	13
11.3	Caixa e Depósitos Bancários .....	14
11.4	Fundos Patrimoniais .....	14
11.5	Fornecedores .....	14
11.6	Créditos a Receber .....	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
11.8	Outros Passivos Correntes .....	15
11.9	Subsídios, Doações e Legados à Exploração .....	16
11.10	Fornecimentos e Serviços Externos .....	16
11.11	Outros Rendimentos .....	16
11.12	Outros Gastos .....	17
11.13	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	17
11.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

## **1 Identificação da Entidade**

O Centro Social Paroquial da Senhora do Calvário é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, pela inscrição nº 75/83, no Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social.

Tem sede na Travessa do Ilhéu nº 66, na freguesia de Campanhã, no concelho do Porto. Os fins e objetivos do Centro concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem – estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente no apoio às pessoas idosas, através do Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)
  - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
  - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
  - Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.3 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos órgãos diretivos, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.4 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos órgãos diretivos com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

#### **3.1.5 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.6 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a

preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.7 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.8 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.9 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.10 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.11 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### **3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Activos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

### 3.2.3 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e o FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos

valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

#### **3.2.4 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

#### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

##### Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

### Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Edifícios e Outras Construções	48 439,18	19 685,33			68 124,51
Equipamento Básico	61 306,61				61 306,61
Equipamento de Transporte	56 918,80				56 918,80
Equipamento Administrativo	24 404,51	226,62			24 631,13
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 848,16	229,97			4 078,13
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>194 917,26</b>	<b>20 141,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215 059,18</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios e Outras Construções	46 687,05	744,13			47 431,18
Equipamento Básico	56 904,56	1 026,00			57 930,56
Equipamento de Transporte	50 618,80	1 800,00			52 418,80
Equipamento Administrativo	24 404,51	37,77			24 442,28
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 500,07	507,94			2 008,01
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>180 114,99</b>	<b>4 115,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184 230,83</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>14 802,27</b>	<b>16 026,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30 828,35</b>

#### 5 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
FCT	1 706,63	1 706,19
<b>Total</b>	<b>1 706,63</b>	<b>1 706,19</b>

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2019	2018
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	1 188,15	964,69
<b>Total</b>	<b>1 188,15</b>	<b>964,69</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2019	2018
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	964,69	703,10
Compras	48 413,37	56 687,33
Doações	4 983,40	13 843,90
Saldo Final	1 188,15	964,69
<b>Gastos do Período</b>	<b>53 173,31</b>	<b>70 269,64</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2019	2018
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>178 509,00</b>	<b>169 953,50</b>
Quotas do Utilizadores	178 509,00	169 953,50
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>4 151,60</b>	<b>4 401,97</b>
Consignação IRS	4 148,70	3 751,41
Benefícios Penalidades Contratuais	0,00	650,56
Descontos pronto pagamento	2,87	0,00
Outros	0,03	0,00
<b>Total</b>	<b>182 660,60</b>	<b>174 355,47</b>

## 8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2019			2018		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	0,00	0,00	162 177,60	0,00	0,00	156 692,40
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	16 564,76	0,00	0,00	8 065,64
IGFC	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	366,28
JF Campanhã	Não Reembolsável	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179 242,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>165 124,32</b>

## 9 Benefícios dos Empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 8 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2018 e de 2019 foi 16.

Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de 3 colaboradores ao abrigo do programa CEI+ protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	164 150,09	167 934,34
Subsídio Alimentação	12 696,00	11 172,00
Encargos Sobre as Remunerações	36 139,23	35 350,43
FCT	50,52	48,03
Seguros de Acidentes no Trabalho	1 492,70	1 290,08
Outros Gastos com o Pessoal	2 153,32	1 625,73
IEFP	18 234,25	0,00
<b>Total</b>	<b>234 916,11</b>	<b>217 420,61</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 11.1 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Outros Devedores e Credores	845,41	19 885,33
<b>Total</b>	<b>845,41</b>	<b>19 885,33</b>

### 11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	2 315,47	1 442,85
Vigilância e Segurança	247,97	0,00
<b>Total</b>	<b>2 563,44</b>	<b>1 442,85</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
IEFP	0,00	723,66
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>723,66</b>

### 11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	222,70	482,60
Depósitos à Ordem	33 495,03	13 665,81
<b>Total</b>	<b>33 717,73</b>	<b>14 148,41</b>

### 11.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2019:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12 121,00			12 121,00
Resultados Transitados	4 002,09	0,00	-3 432,52	569,57
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	500,00			500,00
<b>Total</b>	<b>16 623,09</b>	<b>0,00</b>	<b>-3 432,52</b>	<b>13 190,57</b>

### 11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	1 957,24	4 594,89
<b>Total</b>	<b>1 957,24</b>	<b>4 594,89</b>

### 11.6 Créditos a Receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Cientes</b>		
Utentes	130,00	235,00
Perdas por Imparidade	0,00	-75,00
<b>Total</b>	<b>130,00</b>	<b>160,00</b>

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Utentes	0,00	75,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>75,00</b>

### 11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Estado e outros Entes Públicos	467,34	2 726,67
<b>Total</b>	<b>467,34</b>	<b>2 726,67</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	345,00	561,28
IVA - A Pagar	188,80	2 283,30
Segurança Social	4 019,17	4 012,72
FCT e FGCT	57,34	49,81
<b>Total</b>	<b>4 610,31</b>	<b>6 907,11</b>

### 11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Credores Por Acréscimo de Gastos</b>	<b>0,00</b>	<b>32 034,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30 420,18</b>
Remunerações a Liquidar	0,00	28 725,66	0,00	28 905,08
Penhora	0,00	131,03	0,00	0,00
Outras Despesas Diferidas				
Eletricidade	0,00	1 159,09	0,00	436,26
Água	0,00	18,08	0,00	120,44
Gás	0,00	897,59	0,00	660,38
Seguros	0,00	241,72	0,00	115,09
Material Escritório	0,00	34,37	0,00	0,00
Comunicação		201,97	0,00	0,00
Esmeralda Leal	0,00	625,00	0,00	182,93
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>32 034,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30 420,18</b>

### 11.9 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
ISS, IP - Centro Distrital	162 177,60	156 692,40
IEFP	16 564,76	8 065,64
IGFC	0,00	366,28
JF Campanhã	500,00	0,00
Donativos	7 443,40	15 208,94
<b>Total</b>	<b>186 685,76</b>	<b>180 333,26</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

### 11.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	3 785,00	0,00
Serviços Especializados	18 496,84	21 275,70
Materiais	4 297,29	7 535,23
Energia e Fluidos	25 258,01	28 443,03
Deslocações e Estadas - Utentes	155,45	3 854,31
Serviços Diversos	17 359,60	15 059,33
Encargos com Utentes	1 233,50	0,00
<b>Total</b>	<b>70 585,69</b>	<b>76 167,60</b>

### 11.11 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Reembolsos IVA Alimentação	0,00	1 963,53
IRS	4 148,70	3 751,41
Benefícios Penalidades Contratuais	0,00	650,56
Subsídio Alimentação Espécie	13 675,65	10 413,72
Correcções Exercícios Anteriores	0,42	0,00
Descontos Pronto Pagamento	2,87	0,00
Outros	0,03	0,00
<b>Total</b>	<b>17 827,67</b>	<b>16 779,22</b>

**11.12 Outros Gastos**

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	0,00	317,87
Quotizações	234,00	234,00
Correcções Exercícios Anteriores	340,20	972,81
Juros Não Financiamento	1,83	18,36
Outros	1,03	1 376,58
<b>Total</b>	<b>577,06</b>	<b>2 919,62</b>

**11.13 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2019, foi o seguinte:

Apoio Domiciliário: 30

Centro de Dia: 40

**11.14 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção





# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



## **Parecer do Conselho Fiscal**

### **EXERCÍCIO DE 2019**

Conforme estabelecido na alínea b) do nº 1 do artigo 26º dos estatutos do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, vimos submeter à apreciação da Direção o nosso parecer, emitido com base no exame efetuado ao relatório e às contas anuais, bem como em resultado do acompanhamento da atividade ao longo do período, nos termos das n/ competências.

#### **RESPONSABILIDADE**

É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **ÂMBITO**

Este parecer tem como base as conclusões da atividade fiscalizadora, efetuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transações mais significativas e da respetiva documentação de suporte, a partir de balancetes e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal pela Direção.

Verificamos a exatidão e conformidade das demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2019, incluídas no Relatório e Contas do referido exercício.

#### **OPINIÃO**

Em n/ opinião as demonstrações financeiras agora em apreciação apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, em 31 de dezembro de 2019, e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

#### **A FINALIZAR**

Assim, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 26º dos Estatutos, entendemos que a **DIREÇÃO** deve aprovar:

- O Relatório e as Contas de exercício de 2019;
- A aplicação do resultado líquido positivo de 19.654,42 euros, para resultados transitados.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL  
SENHORA DO CALVÁRIO  
NIPC: 501645055 • IPSS nº 75/83

O Conselho Fiscal congratula-se pela colaboração e qualidade da informação prestada a este órgão pela Direção, comprovada pelo Relatório e Contas apresentado.

Porto, 4 de julho de 2020

Fernando Jorge Couto Leite Dias

José Manuel Zenha Mourão



# CERTIDÕES DE SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

[Autoridade Tributária e Segurança Social]

**CERTIDÃO**

Manuel Raul Pereira Teixeira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-1.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 17 de Julho de 2020.

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

NIF: 501645055

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 501645055

Cód. Validação: QHJ4XKN2MV26

O Chefe de Finanças,



( Manuel Raul Pereira Teixeira )



## SEGURANÇA SOCIAL

### DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**

Firma/denominação **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**

Número de Identificação de Segurança Social **20008940759**

Número de Identificação Fiscal **501645055**

Número de Declaração **21413990**

Data de emissão **17-07-2020**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.

Date: 2020.07.17 12:28:04 +0100



DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



**BANCO DE PORTUGAL**  
**DECLARAÇÃO DE**  
**RESPONSABILIDADE**  
nos termos do Decreto-lei nº 172-  
**A/2014** [Central de Responsabilidades de Crédito]



**Nome:** CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

**Tipo de Identificação:** NIF/NIPC

**Nº de Identificação:** 501645055

NIF/NIPC não consta na base de dados da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

---

### **Fim de relatório**

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



# DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE



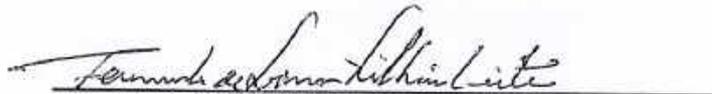
### Declaração de responsabilidade

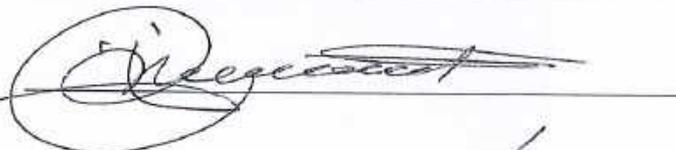
No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO** ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

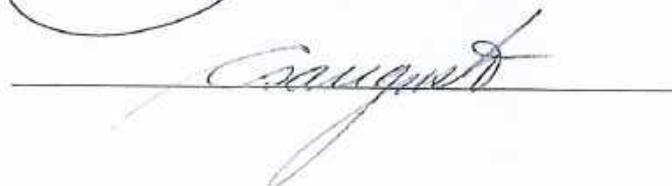
1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2019 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <https://cspsenhoradocalvario.com/> em 31 de julho de 2020.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2019 a entidade:

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º.

A Direção:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

Travessa do Ilhéu, 66 4300-265 Porto

Tel/Fax: 22 5376959 • Tim: 93 9996814 • e-mail: [csp.senhoradocalvario@gmail.com](mailto:csp.senhoradocalvario@gmail.com)

[www.cspsenhoradocalvario.com](http://www.cspsenhoradocalvario.com)